

FEMINICÍDIO É CRIME!



Brasil bate triste recorde de feminicídios em 2025, mesmo ano em que a sanção da Lei do Feminicídio completou dez anos. Foram quatro mortes por dia

O Brasil bateu um triste recorde histórico em 2025: o número de feminicídios. De janeiro a dezembro foram registrados 1507 assassinatos diante de 1474 casos em 2024. Os dados são do Ministério da Justiça e Segurança Pública. O estado de São Paulo registrou 270 homicídios, aumento de 8% em relação a 2024.

Os debates sobre as causas e, principalmente, sobre as formas de enfrentamento ao feminicídio acontecem em várias instâncias do poder público e da sociedade. Apesar de os governos estaduais e municipais dizerem que estão empenhados no combate ao feminicídio, números mostram o contrário e especialistas apontam que isso é uma omissão do Estado diante de um crime evitável.

A violência doméstica e de gênero é uma das violações de direitos humanos mais frequentes no Brasil, aponta o relatório anual da Human Rights Watch (HRW), lançado em fevereiro. Samira Bueno, diretora executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), afirma que “a gente vive no Brasil hoje o desfinanciamento

dessas políticas nos níveis municipais e estaduais, especialmente, que são os atores que estão envolvidos na rede de proteção, que tem à mão a assistência social, a saúde e a polícia para de fato fazer a diferença na vida dessas meninas e mulheres”.

Tipos de violência

A violência contra as mulheres se manifesta de várias formas e o tipo de violência nem sempre é apenas física: pode ser psicológica, econômica, sexual, entre outras. No Brasil, por exemplo, a **Lei Maria da Penha** (Lei nº 11.340/2006) define e classifica os tipos de violência contra a mulher. Fique por dentro das principais:

1. Violência física: Ação que causa dano ou sofrimento corporal à mulher. Exemplos: empurrões, socos, queimaduras, cortes, ou qualquer agressão que cause lesão.

2. Violência psicológica: Ações que prejudicam a saúde emocional e a autoestima da mulher. Exemplos: humilhação, manipulação, ameaças, isolamento, chantagem emocional, controle sobre relações e decisões.

3. Violência sexual: Qualquer ato

sexual não consentido ou exploração sexual. Exemplos: estupro, assédio sexual, importunação sexual, coerção para atos sexuais.

4. Violência patrimonial: Danos ou controle sobre os bens, dinheiro ou propriedades da mulher. Exemplos: destruição de objetos pessoais, retenção de documentos, impedir a mulher de trabalhar ou acessar recursos financeiros.

5. Violência moral: Atos que atentam contra a dignidade ou reputação da mulher. Exemplos: difamação, calúnia, exposição pública humilhante, boatos e ofensas verbais.

6. Violência institucional: Quando órgãos públicos ou instituições discriminam, negligenciam ou não prestam atendimento adequado à mulher. Exemplos: recusa de atendimento policial, médico ou judicial, ou tratamento desigual.

Especialistas também destacam formas mais sutis, como **violência digital** (ameaças e assédio por redes sociais) e **violência obstétrica** (tratamento desrespeitoso durante gestação, parto ou pós-parto).

O PERFIL DAS VÍTIMAS EM 2024 É SIMILAR AOS ANOS ANTERIORES:

MULHERES NEGRAS (64,3%), JOVENS (DE 18 A 44 ANOS, QUE REPRESENTAM 70,5% DAS VÍTIMAS), QUE SÃO MORTAS DENTRO DE CASA (64,3%) POR SEUS COMPANHEIROS OU EX-COMPANHEIROS (79,8%), QUE UTILIZAM DE ARMA BRANCA (48,4%) OU ARMA DE FOGO (23,6%) COMO INSTRUMENTO DO CRIME.
(Anuário Brasileiro de Segurança Pública, FBSP, 2025)

Pacto Nacional Brasil Contra o Feminicídio

Lançado por Lula, com articulação entre os Três Poderes reconhece a violência de gênero como estrutural e reforça ações integradas diante do recorde de feminicídios no país

O Pacto Nacional Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio, lançado em 4 de fevereiro, em Brasília (DF), marca um novo momento no reconhecimento, por parte do Estado brasileiro, da violência contra mulheres e meninas como um problema estrutural, histórico e urgente. Dados recentes mostram que - mais uma vez - o Brasil bateu recorde de casos de assassinatos de mulheres, os feminicídios. Foram quatro a cada dia de janeiro a dezembro de 2025.

O lançamento aconteceu no Palácio do Planalto, com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, além de representantes dos Três Poderes. Em seu discurso, Lula destacou a gravidade da violência de gênero no país e a necessidade de ações coordenadas para enfrentá-la.

“O feminicídio afronta as estruturas de prevenção e combate, e vem crescendo de forma assustadora no país. É inaceitável que mulheres continuem sendo espancadas e assassinadas todos os dias sob o olhar de uma sociedade que peca por omissão. Que se cala diante de cenas cotidianas de abuso e violência”, disse Lula.

“O Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio é um marco importantíssimo no combate à violência contra mulheres e meninas, porque reconhece que a violência contra a mulher no Brasil é estrutural. Para combatê-la, precisamos de ações integradas, de mobilização social e de políticas que promovam a prevenção, o debate sobre justiça de gênero, a valorização das mulheres, o direito a uma vida sem violência e a punição célere para os agressores”, afirmou.

Ao abrir a cerimônia, a primeira-da-



Joedson Alves/Agência Brasil

ma Janja da Silva leu o relato de uma mulher vítima de agressão em público, destacando a naturalização da violência e a omissão social diante desses crimes. “Essa história poderia ser minha ou de qualquer mulher aqui presente”, afirmou, ao contextualizar a vulnerabilidade cotidiana vivida pelas mulheres no Brasil. **Em um apelo direto aos homens, Janja reforçou que o enfrentamento à violência exige engajamento coletivo: “Temos todos o compromisso de tornar uma sociedade em que as mulheres podem viver em paz. Queremos vocês, homens, nessa luta, ao nosso lado”.**

O QUE É O PACTO

O Pacto Nacional Brasil de Enfrentamento ao Feminicídio é uma **iniciativa coordenada pelo governo federal que busca integrar ações dos Três Poderes - Executivo, Legislativo e Judiciário - no combate à violência extrema contra mulheres e meninas.** A proposta reconhece o feminicídio como expressão máxima de um ciclo contínuo de violências e prevê ações

articuladas voltadas à prevenção, proteção das vítimas, responsabilização dos agressores, monitoramento de políticas públicas e fortalecimento da rede de atendimento.

Entre os instrumentos anunciados estão a criação de um comitê de governança interinstitucional, mecanismos de acompanhamento e avaliação das políticas, além de um portal público, o **TodosPorTodas.br**, que vai reunir informações sobre o pacto, divulgar ações, canais de denúncia e políticas públicas de proteção às mulheres, além de estimular o engajamento de instituições públicas, empresas privadas e da sociedade civil.

Durante o lançamento, que contou com a participação da CUT e sindicatos cutistas, o presidente Lula, afirmou que **“para o movimento sindical brasileiro, esse é um tema de porta de fábrica e de assembleia de trabalhadores e trabalhadoras”**, disse em consonância com a atuação histórica da CUT, que sempre levou o tema às mesas de negociação.